

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.387 - PR (2019/0034472-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : **SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR PARANA**
ADVOGADOS : **CARLOS ALBERTO DE SOTTI LOPES - PR006006**
 CARLA CHRISTIAN DE LIMA E OUTRO(S) - PR084408
EMBARGADO : **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO**
 PARANÁ - CRF/PR
ADVOGADO : **VINÍCIUS GOMES DE AMORIM E OUTRO(S) - PR031185**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR PARANA** à decisão de fls. 600/601, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante:

Conforme assegurado pelo Código de Processo Civil, em seu art. 220, entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro ocorre a suspensão dos prazos quando não são praticados quaisquer atos processuais (exceto os urgentes)

[...]

Em atendimento ao preceito legal e à jurisprudência desta Corte, ressalta-se que não só os feriados, mas todos os recessos foram devidamente comprovados por documentos idôneos concomitantemente à interposição do Recurso Especial, como é possível conferir no vol. 2, evento42, às fls. 543 a 552. (fl. 611).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Assiste razão à parte embargante.

De fato, mediante nova análise dos autos, verifica-se que a parte comprovou a suspensão dos prazos de tal modo que o recurso especial foi interposto tempestivamente.

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração, conferindo efeitos infringentes, para tornar sem efeito a decisão embargada e determino a distribuição**

dos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

